



90

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº 0003802-70.2014.8.17.0000 (0332891-4)**

**IMPETRANTE:** Bel. Gilson Silva Magalhães (OAB/PE 31.696)

**PACIENTE:** Cleiton Ramos Souza da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR ADE JUSTIÇA:** Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA ESTREITA VIA DO *WRIT*. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. *MODUS OPERANDI*. PERICULOSIDADE. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A BOA COLHEITA DAS PROVAS. CRIME SUPOSTAMENTE PRATICADO PARA GARANTIR DÍVIDA DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ALEGADAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS À CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 86 DESTE TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. São incompatíveis com o rito célere do *habeas corpus* teses que contestem a autoria delitiva, porquanto demandam uma análise acurada das provas carreadas aos autos e das que serão colhidas no curso da instrução criminal. Assim, pretender revogar a prisão cautelar sob o argumento de que o Paciente não praticara o crime a si imputado, é inviável nesta via estreita;
2. Considerando que as circunstâncias da causa revelam, de fato, a gravidade concreta da conduta, a periculosidade social dos acusados, bem como a necessidade de assegurar a boa colheita das provas durante a instrução criminal, sobretudo quando a motivação do crime está relacionada com o pagamento de dívidas contraídas em razão do tráfico de drogas, não há que se falar em inexistência dos requisitos autorizadores constantes do artigo 312 do Código de Processo Penal;
3. Demonstrada a necessidade da medida extrema à garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, tornam-se irrelevantes as alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente à



91

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

liberdade provisória. Aplicação da súmula 86 deste Tribunal de Justiça;

4. Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0003802-70.2014.8.17.0000 (0332891-4), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife 04 de junho de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

**HABEAS CORPUS Nº 0003802-70.2014.8.17.0000 (0332891-4)**

**IMPETRANTE:** Bel. Gilson Silva Magalhães (OAB/PE 31.696)

**PACIENTE:** Cleiton Ramos Souza da Silva

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR ADE JUSTIÇA:** Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

**RELATÓRIO**

O Advogado Gilson Silva Magalhães impetrou o presente *habeas corpus*, como pleito liminar, em favor de Cleiton Ramos Souza da Silva, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/PE, juízo perante o qual o Paciente responde ao processo de NPU 0081094-65.2013.8.17.0001, em face da suposta prática do crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe, meio cruel e mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da ofendida, na forma tentada (artigo 121, §2º, incisos I, III e IV c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal).

Argumenta, inicialmente, que o Paciente não praticara o delito a si imputado, pois estava com sua namorada quando presenciou um grupo de jovens batendo na vítima e decidiu partir em defesa da mesma, sendo, por esse motivo, confundido com o suposto agressor e preso em seguida.

Alega, em síntese, que o Paciente sofre coação ilegal em sua liberdade de locomoção, porquanto, apesar de ser primário, possuir bons antecedentes, ter residência fixa, ocupação lícita (trabalhava como vendedor no armazém de construção de seu pai) e não haver provas de que o mesmo tenha praticado o crime de homicídio, na forma tentada, foi decretada e posteriormente mantida a sua prisão preventiva sem que estivessem presentes os requisitos autorizadores dessa medida, constantes do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Diante do exposto, pugna, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do Paciente, com a consequente expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

No mérito, requer a concessão da presente ordem em definitivo.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

Requer, ainda, a notificação prévia do dia da sessão de julgamento do presente *writ*, a fim de sustentar oralmente as teses levantadas na inicial, a qual veio instruída com os documentos de fls. 09/31v.

Através da decisão interlocutória de fls. 38/40 foi indeferido o pedido liminar e solicitadas informações à autoridade apontada coatora, que as prestou mediante o ofício nº 2014.0013.002620/GAB-ANAF (f. 47), acompanhado dos documentos processuais de fls. 48/74V.

Em seguida, os autos seguiram com vista à douta Procuradoria de Justiça que, em parecer da lavra da Drª Judith Pinheiro Silveira Borba, opinou pela denegação da ordem (fls. 78/81).

Vieram-me, então, os autos conclusos para julgamento.

Embora o artigo 85, alínea “b” do Regimento Interno deste Tribunal<sup>1</sup> de Justiça estabeleça que os *habeas corpus* independam de inclusão em pauta para julgamento, **defiro o pedido formulado pelo Advogado à f. 08 da petição inicial.**

**É o relatório.**

**Inclua-se em pauta.**

Recife, 20 de maio de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator

<sup>1</sup> Art. 85. Independem de inclusão em pauta para julgamento:  
a) as reclamações;  
b) **os "habeas corpus" e seus recursos;**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0003802-70.2014.8.17.0000 (0332891-4)

IMPETRANTE: Bel. Gilson Silva Magalhães (OAB/PE 31.696)

PACIENTE: Cleiton Ramos Souza da Silva

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR ADE JUSTIÇA: Drª Judith Pinheiro Silveira Borba

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores,

Conforme o exposto, a presente ordem de *habeas corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, o qual pleiteia a revogação de sua prisão preventiva.

Consta da inicial acusatória (fls. 09/11) que, no dia 28 de setembro de 2013, por volta de 01h da manhã, no bairro do Ibura de Baixo, Recife/PE, **Cleiton Ramos (ora Paciente) e Kátia Maryama** foram presos após, juntamente com outras 05 (cinco) pessoas, com *animus necandi* e utilizando-se de paus e pedras, espancaram a popular **Karla Marques da Silva Lourenço**, que, inconsciente, foi internada no Hospital da Restauração, em cujo estado permaneceu até a conclusão do inquérito.

Consta, também, que uma testemunha informou aos policiais civis responsáveis pelas investigações que os agressores foram Cleiton, Guilherme, Gleison, Kátia, Lucas, conhecido como “Neguinho”, e outras duas pessoas até o momento não identificadas. Os policiais, então, foram à casa dos irmãos Guilherme e Gleison, porém os mesmos não se encontravam. Posteriormente, continuaram as diligências e encontraram Kátia e Cleiton, tendo este último, por ocasião da abordagem, confessado a sua participação no crime.

Acerca do *modus operandi*, narra a denúncia que (f. 10):

“(…), a adolescente EDILENE afirmou que estava dormindo na casa de Karla, quando, por volta de 01h da manhã, ambas foram a cordadas por **GUILHERME e GLEISON**, batendo à porta. Ao abri-la EDILENE deparou-se com **GUILHERME**, que afirmou estar “muito doido” e, quando virou as costas, foi surpreendida com tapas desferidos por **GULHERME, GLEISON, “NEGUINHO”, CLEITON** e outras 03 (três



93

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

pessoas), sendo 01 (um) homem e 02 (duas) mulheres. Ao tentar correr, EDILENE foi segurada por “NEGUINHO” e pelo homem não identificado, passando em seguida a ser agredida por KÁTIA, utilizando-se esta de um pedaço de pau. Após conseguir fugir, EDILENE escutou CLEITON falar “dispense, tá bom, bater nela não!” e os outros agressores afirmarem: “se tu não bater, vão cobrar de tu!”.

Ao subir as escadarias, EDILENE viu quando KARLA começou a ser espancada pelas 07 (sete) pessoas, que utilizaram pedras e pedaços de pau para tal, além de desferirem chutes contra ela. Ainda de acordo com EDILENE, o motivo das agressões foi o fato de KARLA estar envolvida no tráfico de drogas na comunidade, vendendo cocaína e pedras de “crack” para CLEITON, este chefiado por um detento do Aníbal Bruno, conhecido por “GALEGO”, mas gastando o dinheiro, ao invés de entregá-lo. (destaquei)

Diante desses fatos, o Ministério Público imputou a Cleiton Ramos Souza da Silva (Paciente), Kátia Maryama Belo de Medeiros, Guilherme José Vilela da Silva e Gleison José Vilela da Silva as sanções do artigo 121, §2º, incisos I, III e IV c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (homicídio qualificado pelo motivo torpe, meio cruel e mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da ofendida, na forma tentada). Ao final, requereu que fosse oficiado à 3ª Delegacia de Homicídios no intuito de localizar e qualificar os demais envolvidos no crime.

Nas informações de f. 47 o Magistrado processante relata o trâmite processual, tendo destacado que a denúncia foi devidamente recebida no dia 06/11/2013, ocasião em que foi decretada a prisão preventiva dos acusados sob o fundamento da garantia da ordem pública.

Prossegue noticiando, Sua Excelência, que o Paciente ofereceu resposta à acusação, tendo pleiteado a concessão da liberdade provisória, pedido que, após parecer Ministerial pela manutenção da prisão, foi indeferido.

Pois bem.

Como sabido, são incompatíveis com o rito célere do *habeas corpus* teses que contestem a autoria delitiva, porquanto demandam uma análise acurada das provas carreadas aos autos e das que serão colhidas no curso da instrução



94

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

criminal. Assim, pretender revogar a prisão cautelar sob o argumento de que o Paciente não praticara o crime a si imputado, é inviável nesta via estreita.

Lado outro, para a decretação da prisão preventiva é prescindível a existência de prova robusta acerca da autoria delitiva, basta, na verdade, que haja um lastro superficial mínimo vinculando o agente ao delito, o que, na espécie, ao contrário do que consta nas razões do presente *mandamus*, resta consubstanciada nas declarações prestadas durante o inquérito policial (fls. 12/16).

Assim, presentes os indícios de autoria e provada a materialidade delitiva, em sede de plantão judiciário, foi a prisão em flagrante delito do Paciente convertida em preventiva sob o fundamento da garantia da ordem pública, pois, entendeu a Juíza plantonista que (fls. 23/24): ***“(...) os autuados em conjunto com outros elementos perpetraram um crime de alta brutalidade, violência, destemor e crueldade, sendo certo que soltos podem continuar sua saga assina em nome o tráfico de drogas”***.

Posteriormente, por ocasião do recebimento da denuncia, o Magistrado processante, analisando o pleito formulado pelo *Parquet*, justificou a segregação cautelar do Paciente e demais acusados na garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

Vejamos (fls. 61/62):

**“Saliente-se, ademais, que a gravidade objetiva do ato criminoso apurado nestes autos, bem como o modo de agir relatado no caderno processual, também se apresentam como elementos empíricos suficientes à segregação cautelar dos denunciados. Infere-se dos depoimentos coligidos durante as investigações que, os denunciados, juntamente com terceiras pessoas (aproximadamente 10 envolvidos) não identificadas, teriam ido até a casa da vítima, quando esta ainda estava dormindo, ocasião em que, em tese, passaram a agredi-la com pauladas e pedradas, não consumando os respectivos intentos em decorrência do acionamento da polícia militar por populares. Depreende-se também que a motivação do delito deu-se em decorrência de dívida de drogas, tendo em vista que a vítima estaria devendo dinheiro do tráfico ao acusado Cleiton Rames, o qual,**



95

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

**segundo os indícios presentes no inquérito policial, seria o fornecedor de substâncias entorpecentes naquela localidade, sendo chefiado pelo detento que responde pela alcunha de "Galego". A conduta, assim delineada, praticada com extrema violência, não pode entrar na rotineira violência e no sentimento de impunidade que assola a sociedade, evidenciando a gravidade incomum e concreta da ação delituosa.**

**(...), a prisão instrumental, no caso em tela, também se presta à conveniência da instrução criminal, pois segundo relatos nos autos informando que réus sendo integrante de um grupo criminoso responsável pelo tráfico de drogas naquela comunidade, possa prejudicar a colheita de provas". (destaques acrescidos)**

Do acima transcrito, percebe-se que, diferentemente das alegações do Impetrante, há nos autos elementos bastantes para motivar a prisão preventiva dos denunciados, pois a violência empregada na prática do crime – **tentativa de homicídio praticada em concurso de agentes que, utilizando-se de pedaços de pau e pedras, espancaram a vítima em sua própria residência, permanecendo a mesma inconsciente até a finalização do inquérito** – faz sobressair do modo de execução do delito a periculosidade social dos mesmos, abrindo-se ao decreto preventivo a possibilidade de se estabelecer um vínculo funcional entre a dinâmica do crime perpetrado e a garantia da ordem pública.

Ademais, conforme denúncia de fls. 09/11, trata-se de crime motivado por dívidas oriundas do tráfico ilícito de entorpecentes e cuja vítima, por circunstâncias alheias à vontade dos acusados, não veio a óbito, fatos que, além de fortalecem o argumento da garantia da ordem pública, demonstram a necessidade da segregação, também, para a conveniência da instrução criminal, como bem fundamentou o Juízo de primeiro na decisão anteriormente transcrita (f. 61v).

Em decisão posterior, analisando o pleito de liberdade formulado pela Defesa do Paciente, a autoridade impetrada, após manifestação ministerial pela denegação da ordem (fls. 72/73), manteve a sua segregação cautelar, tendo destacado que (f. 74):





96

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

“(...) o ora requerente é apontado como traficante de drogas ilícitas, sendo ele também, supostamente, o principal fornecedor das referidas substâncias na localidade onde ocorreu o fato delituoso. **É imperioso mencionar que o móvel do crime está relacionado com dívida de drogas que a vítima tinha com o acusado. Além disso, no presente momento, não vislumbro fato novo que possa macular os fundamentos do decreto preventivo**”. (destaquei)

Percebe-se, portanto, que o contexto empírico da causa revela, de fato, a gravidade concreta da conduta, a periculosidade social dos acusados, bem como a necessidade de assegurar a boa colheita das provas durante a instrução criminal, sobretudo quando a motivação do crime está relacionada com o pagamento de dívidas contraídas em razão do tráfico de drogas, razões idôneas que embasam a custódia cautelar ora combatida.

Acerca da matéria, segue precedente do Superior Tribunal de Justiça<sup>2</sup>:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA O CÁRCERE. NÃO-OCORRÊNCIA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO ACUSADO. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. TESE DE EXCESSO DE PRAZO. ATRASO QUE NÃO É EXACERBADO, TAMPOUCO INJUSTIFICADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A imposição da custódia preventiva encontra-se suficientemente fundamentada, em face das circunstâncias do caso que, pelas características delineadas, retratam, in concreto, a especial gravidade da conduta, evidenciada pelo modus operandi do delito. Precedentes.

2. No caso, conforme ressaltado pelas instâncias ordinárias, o Recorrente teria, com outros Corréus, matado a vítima, com meios cruéis, consistentes em tentar estrangulá-la após terem efetuado três disparos contra ela, e, posteriormente, degolá-la, em razão de dívidas por compras de drogas, posteriormente

---

<sup>2</sup> RHC 42.878/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DI 26/03/2014).



97

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

escondendo seu corpo. Assim, a conduta do Recorrente no caso demonstra a sua periculosidade concreta, a justificar a medida constritiva.

3. O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento de que "o *modus operandi*, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar, dada a afronta a regras elementares de bom convívio social." (RHC 15.016/SC, Quinta Turma, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.) (destaques acrescidos)

Nesse contexto, suficientemente demonstrada a necessidade da medida extrema à garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, tornam-se irrelevantes as alegadas condições pessoais favoráveis do Paciente à liberdade provisória.

Nesse sentido, confira-se enunciado na súmula 86 deste TJPE que colaciono *in verbis*:

**"As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".** (destaquei)

Sendo assim, inexistindo constrangimento ilegal a ser sanado, em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife 04 de junho de 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator